

Assembleia Geral da Apub Sindicato: pauta docente e delegados para a CUT

11 / 04 - Assembleia Geral Extraordinária da APUB SINDICATO - 13h - 1ª convocação

Pauta única: Eleição de Delegados para a Plenária Estadual da CUT

11 / 04 - Assembleia Geral da APUB SINDICATO - 15h - 1ª convocação

Pauta:

- 1 - Defesa das Aposentadorias (integração da APUB ao MOSAP. Campanha pelo fim da contribuição previdenciária dos inativos; defesa das aposentadorias especiais)
- 2 - Condições de trabalho (movimento pela carga horária mínima de 8 horas, mais concursos públicos e garantia do adicional de insalubridade)

**SEDE
DA APUB
SINDICATO**



**Ministro da Educação X Proifes:
pendências e pauta docente** *Página 5*



**Assembleia autoriza aquisição de
nova sede da Apub** *Página 3*



**Docentes recebem
segunda parcela do
reajuste salarial**
Página 4



**Movimentos sociais e
universidade discutem
direitos de comunidades
tradicionais** *Página 4*



**Fórum Jurídico
analisa ameaças à
aposentadoria especial**
Página 6

EDITORIAL

Duas frentes, uma mesma luta

Defender os interesses da categoria docente e a qualidade da educação pública são duas frentes de atuação da Apub Sindicato dentro de uma mesma luta. As Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) são, em grande parte, resultado do trabalho dos professores, que precisam de remuneração adequada; boas condições de trabalho para realizar

as tarefas de ensino, pesquisa e extensão; para preparar novas gerações; ampliar as fronteiras do conhecimento e ajudar a construir o Brasil. Instrumentos dessa luta são sindicatos combativos e amplamente representativos. Esse número do jornal da Apub é espelho e registro dessa caminhada.

Prosseguimento da luta em

nível nacional é o conteúdo da pauta apresentada ao MEC (página 5). É uma pauta ampla, porque grandes são os nossos desafios. Registros de esclarecimentos são as matérias sobre a segunda parcela do reajuste salarial da categoria (página 4), sobre aposentadoria dos professores limitada pela Reforma da Previdência e ameaça à apo-

sentadoria especial (página 6). Busca de apoio às reivindicações dos servidores públicos federais e dos docentes é o objetivo maior da participação na CUT (página 6). A garantia de boas condições de trabalho e de expansão com qualidade motivou duas matérias (Página 7).

Não basta defender, cabe-nos pensar o ensino superior

adequado à América Latina. Participaremos do IEAL (página 8). Preparar-se para o futuro, sem desconhecer a história foi a decisão de assembléia geral, que autorizou a Apub a adquirir sede própria (página 3).

Ao apresentar nosso trabalho, prestamos contas e contamos com o apoio e a mobilização dos(as) colegas.

Cultura

Apub lança dois livros de docentes da UFBA



Na retomada da programação cultural do Sindicato, a Apub sediou dois lançamentos de livros esta semana. Um foi no dia 18 de março, do professor Penildon Silva Filho (ICS), de título Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira:

Estudo de Caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na UFBA. Segundo o autor, a universidade brasileira sempre se debruçou sobre a função social, e agora no começo do século XXI, as ações afirmativas aparecem como

instrumento de democratização do acesso e da permanência. Por isso, o livro procura analisar como isto está sendo implementado na Universidade Federal da Bahia e de que forma a comunidade acadêmica vê essa iniciativa.

No dia 20 de março, foi o lançamento do livro Relações de gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França. Na ocasião, uma das organizadoras da publicação, Antônia Garcia, apresentou a obra – resultado do Seminário

Brasil e França. A coletânea é uma iniciativa do NEIM-UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher). No evento, as autoras dos artigos falaram sobre as experiências que levaram à pesquisa sobre os temas.

APUB SINDICATO

Assembleia autoriza aquisição de nova sede

A aquisição pela diretoria de imóvel para a sede própria da APUB foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 13 de fevereiro, no auditório Magno Valente da Escola Politécnica. A convocação foi motivada por dois ofícios (597/2013 e 165/2014) encaminhados pela Reitoria da UFBA, solicitando a devolução do prédio que a APUB ocupa, em regime de comodato (empréstimo), desde 1985. A Reitoria alegou a necessidade de ampliar o Complexo HUPES.

A presidente Cláudia Miranda além do pedido da Reitoria, referiu-se à possibilidade de a nova sede atender melhor as demandas dos professores e serviços do Sindicato e ao custo com a manutenção e reformas de imóvel de propriedade da União.

O debate foi aberto pelas falas dos professores Leopoldo Carvalho e Joviniano Neto. Le-

opoldo enfaticamente afirmou que “a compra da sede da APUB já passou da hora”. Joviniano lembrou que, ao ocupar a casa atual, a APUB tomou uma posição politicamente correta e de grande valor simbólico por marcar a vitória sobre a Ditadura – a casa fora a sede da ASI (Assessoria de Segurança e Informações), vinculada ao SNI (Serviço nacional de Informações) na UFBA.

Por outro lado, em termos econômicos, a entidade não poderia ser ressarcida pelos investimentos no prédio. Reconheceu que a mudança se tornou inevitável e propôs que se documentasse a memória de histórica sede, o que foi acatado por todos.

Seguiu-se ampla discussão. A posição a favor da sede própria foi praticamente unânime, havendo divergência sobre se a autorização deveria ser aprovada naquela assembleia ou adia-



da para nova assembleia, após o início do semestre letivo.

Após a votação, que autorizou a aquisição, a diretoria anunciou os valores financeiros disponíveis e propôs a definição de critérios e a formação de uma Comissão de Apoio à

diretoria para acompanhar a compra. A presidente anunciou que o Conselho Fiscal, presente na assembleia, acompanhará e dará parecer sobre a compra. Como critérios, definiu-se que o imóvel, pronto ou para construção, deveria estar no entorno

da UFBA (entre Ondina, Garcia e Campo Grande) e que o valor seria de 81,5% das reservas financeiras da entidade. Para a Comissão foram eleitos os professores Leopoldo Carvalho, Aurélio Lacerda, Silvia Ferreira e Ary Penna Costa.

FUNPRES

Proifes lança cartilha sobre novas regras para a aposentadoria dos SPF

A detalhada apresentação das normas referentes à aposentadoria dos professores é o objetivo da cartilha “Aposentadoria dos professores da IFES: ontem, hoje e amanhã”, lançada pelo Proifes (disponível no site da entidade). Na cartilha, as sucessivas mudanças na Previdência, que dividiram a categoria em quatro “gerações”.

Na linha da redução dos valores da aposentadoria, desde os que têm direito à aposentadoria integral (geração 1) até os que, ingressando na

carreira federal após fevereiro de 2013 têm direito apenas ao teto da Previdência Geral (atualmente em R\$ 4.390,24), são induzidos a entrar no Funpresp e terem seus ganhos após aposentados dependentes da qualidade da gestão do fundo e das variações do mercado.

Os SPF têm reagido ao Funpresp e, dentre os professores, apenas um pequeno percentual aderiu. A Apub, que denunciou os malefícios do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Federais, considera

importante que se conheça em profundidade a questão, inclusive para manter a luta em nível nacional, junto aos demais servidores.

Na luta em curto prazo temos: aumento do teto do INSS, a garantia da aposentadoria especial, fim do fator previdenciário, fim da contribuição dos inativos. Sem perder de vista a meta – a garantia da aposentadoria –, restabelecendo a segurança e o valor das contribuições recolhida pelos servidores durante a vida profissional.

**A APOSENTADORIA DOS
PROFESSORES DAS IFES:
ONTEM, HOJE E AMANHÃ**

PROIFES
FEDERAÇÃO
FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

REMUNERAÇÃO

Docentes recebem segunda parcela do reajuste salarial

Os professores da rede federal de ensino superior já perceberam, na folha de março, o pagamento da segunda parcela do reajuste salarial, resultado da negociação de 2012.

A última parcela começa a ser creditada em março de 2015, quando os índices totais de aumento do VB (no triênio) passam a variar de 25% a 44% no acumulativo dos três anos. O acordo – que transformou-se na Lei 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012, e posteriormente foi corrigido pela Lei 12.863/13 – é uma estratégia de recomposição das perdas inflacionárias do período.

Os valores de remuneração que constam em cada tabela correspondem à soma das duas parcelas remuneratórias – (VB e RT) –, que são iguais para ativos e aposentados (que têm integralidade e paridade). Para calcular o percentual específico de reajuste salarial a ser pago este ano, é preciso acessar as tabelas (disponíveis no site da Apub – Seção Carreira - Tabelas), pegar os valores indicados relativos ao VB + RT de 2014 (segundo classe, nível, titulação e regime de trabalho) e dividir pela soma do VB + RT de 2013.

Para saber o valor em reais, basta subtrair a soma

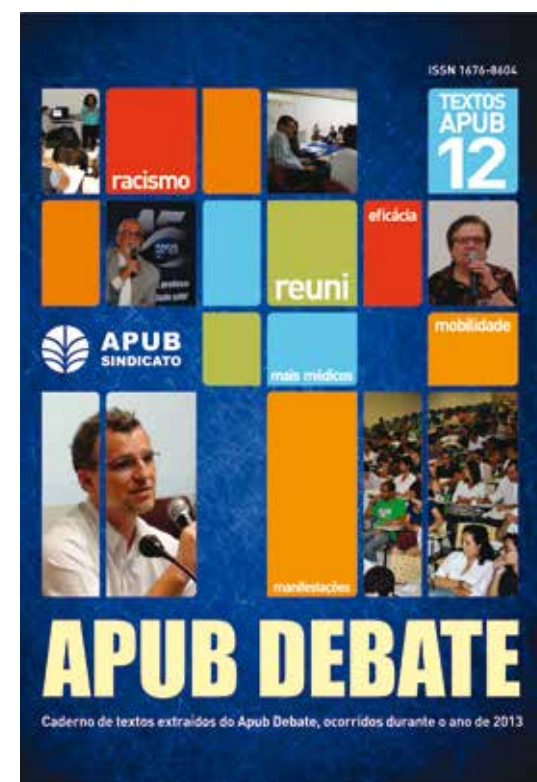
de VB+RT 2014 pela soma VB+RT 2013. Lembrando que os valores das tabelas são brutos, sem os descontos legais, e não incluem os benefícios, que são particulares a cada docente (auxílios, indenizações, anuênios, adicional por tempo de serviço, ganhos judiciais e funções gratificadas). Estes valores devem ser somados individualmente.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que para os aposentados e pensionistas dos novos regimes de aposentadorias (que não têm integralidade e paridade) ou pensionistas pós-2004, que não têm VB e RT e recebem em seus contra-

cheques a rubrica “Provento”, as tabelas citadas não são válidas e os reajustes são iguais aos dos aposentados do INSS.

Proposta salarial - O Encontro Nacional do Proifes encaminhou às bases a proposta de reestruturação salarial para o triênio 2016-2018, que será detalhada na próxima edição do Jornal da Apub. As proposições da Federação estão disponíveis no site da Apub para que os professores conheçam e façam as contribuições, que podem ser enviadas para a Federação através dos e-mails propostasdecarreiras@gmail.com e apub@apub.org.br

Nova edição dos TEXTOS APUB será distribuída em abril



CONGRESSO INTERNACIONAL

Movimentos sociais e universidade discutem direitos de comunidades tradicionais

Foi realizado entre 24 e 26 de março, em auditório lotado na Faculdade de Direito da UFBA, o II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. Entre os objetivos do evento, de acordo com os seus organizadores, professor Ordep Serra (FFCH/UFBA) e Júlio Rocha (Direito/UFBA), construir diálogo com a sociedade, fazendo uma campanha de conscientização.

Segundo o professor, as ameaças aos direitos são constantes, a exemplo do Quilombo Rio dos Macacos, onde a Marinha cria uma ditadura particular. Prende, tortura, derruba terreiros, impede as pessoas de entrarem e saírem livremente. “Apesar de formada por quilombos, Salvador não tem nenhum reconhecido. Precisamos reverter isso”. Uma forma de combater esses problemas é através da

universidade. Para Ordep Serra, o direito dos povos das comunidades tradicionais tem que ser estudado, para que os estudantes se tornem profissionais conscientes e, assim, não apliquem o Direito às cegas.

Durante os três dias, foram realizadas sessões plenárias, palestras, conferências e mesas redondas acerca de seguintes temas: obras de grande impacto e territórios tradicionais, territórios tradicionais e ameaças legislativas, povos tradicionais e violação a direitos humanos, políticas públicas para povos e comunidades tradicionais: avaliação da realidade brasileira, o tempo e espaço para a garantia dos territórios tradicionais.

A procuradora Luciana Cury, da área ambiental do MP da Bahia, que participou da primeira mesa de debates, para que o governo garanta os direitos dos povos, é preciso



fazer um trabalho de conscientização pública, para que se possa cobrar e fiscalizar as ações. Ruben Siqueira, agente da Comissão Pastoral da Terra na Bahia (CPT), considera a indignação insuficiente. “Esse tipo de situação

é muito grave, temos que fazer as mudanças acontecerem”.

O evento foi encerrado com a instalação de um Tribunal, formado por representantes das comunidades tradicionais, que vão apreciar os casos de agressão

que estão sofrendo. De acordo com a organização do congresso, os resultados serão divulgados pelo mundo todo. “Vai ser uma mola propulsora da conscientização”, conclui professor Ordep Serra.

PROFESSORES EM LUTA

Pauta de docentes é protocolada no MEC

Em audiência com o novo ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes, a diretoria do Proifes Federação lembrou que muitos pontos relevantes do acordo 2012 ainda estão em aberto, como o reenquadramento dos professores aposentados no Magistério Superior e a implantação do Banco de Professor Equivalente na carreira de EBTT.

Diante disto, protocolou cinco ofícios, relativos a temas de interesse das duas carreiras da categoria docente (MS e EBTT): adicional de Dificil Lotação e ao Auxílio Transporte; capacitação para os professores das duas carreiras; enquadramento na classe de Associados e extensão do RSC aos aposentados; autonomia das IFES; negociação salarial para 2016-2018; adicional de insalubridade e banco de professor equivalente da carreira de EBTT.

Sobre o banco de professor equivalente, o MEC informou que a questão está no MPOG (Ministério de Planejamento, Organização e Gestão) e que deve ser publicado em breve um decreto instituindo-o. Em relação ao adicional de difícil lotação e ao auxílio transporte, considerados fundamentais para a consecução do programa de expansão das IFES, o ministro se comprometeu em acionar o MPOG e abrir diálogo sobre a temática.

Com respeito aos programas de capacitação para os professores das duas carreiras, Paim determinou que seja marcada uma reunião específica para discutir este ponto. O ministro se com-

prometeu ainda a apresentar ao Proifes os relatórios dos programas de expansão, abrindo discussão sobre condições de trabalho, conforme demanda do ofício protocolado.

Foi tratado também o item aposentados, com foco no enquadramento na Classe D (Professor Associado) do MS, já que muitos se aposentaram estagnados na classe de Adjunto, pois ainda não existia a de Associados. Outro destaque foi a extensão do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) no EBTT aos inativos. O ministro considerou o pleito justo e aceitou que o tema seja discutido na mesa de negociação, mas reforçou que é um debate difícil, pois envolve a repercussão em outras carreiras, e o MPOG tem posição contrária ao enquadramento de aposentados.

Outro tema em discussão foi a autonomia das IFES. O Proifes informou que fez um pré-projeto de Lei Orgânica para as universidades e institutos federais, que inclui Regime Diferenciado de Contratação, eleição de dirigentes e volta da autonomia das procuradorias jurídicas da IFES, com concursos para os procuradores. Paim explicou que está sendo concluído Decreto para a regulamentação do RDC nas fundações de apoio, para regulamentar a Lei 12.863/2013, e que, assim, os problemas das compras deverão ser resolvidos.

Por fim, foi solicitada a abertura do processo negocial sobre o novo acordo coletivo, que deve valer no triênio 2016-2018. Para



o Proifes, a negociação precisa ser aberta imediatamente. Pois, para ser validado em 2016, o PL resultante do acordo tem que ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2015. A entidade lembrou que este ano, por conta das eleições, o tempo será mais curto e a discussão pode ficar comprometida.

O último ofício abordava a concessão do adicional de insalubridade. No documento, o Proifes exige a intercessão do MEC junto ao MPOG a fim de resolver o problema, que vem trazendo grande insatisfação entre os professores das IFES, onde as atividades insalubres estão associadas ao ensino e à pesquisa científica, em condições muito diferentes de outras atividades.

Professores fazem ato em defesa da educação de qualidade

Cumprimento da Lei do piso, carreira e jornada, investimentos dos royalties de petróleo e destinação de 10% do PIB para a educação e a votação imediata do Plano Nacional de Educação (PNE). Além da defesa da educação de quali-

dade, estes foram os principais motivos que levaram os trabalhadores da área a realizarem ato em Brasília, no dia 19 de março. Após o ato, coordenado pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), os cerca de 2.500

mil professores, saíram em caminhada do Congresso Nacional até o Palácio do Planalto, onde manifestaram suas reivindicações após os três dias da greve nacional da educação básica pública convocada pela Confederação.

Pontos da pauta protocolada

- **Adicionais de insalubridade e periculosidade no âmbito do serviço público federal**
- **Reenquadramento dos professores aposentados para a Classe D (Associados) no Magistério Superior**
- **Condições de Trabalho, Adicional de Dificil Lotação e ao Auxílio Transporte**
- **Capacitação para os professores das duas carreiras**
- **Negociação sobre a Lei Orgânica da Universidade, que trata sobre a autonomia nas IFES**
- **Campanha Salarial - Mesa de Negociação relativa ao triênio 2016-2018**
- **Implantação do Banco de Professor Equivalente na carreira de EBTT para as IFES que possuem Escolas Técnicas, Colégios de Aplicação ou unidades de Educação Infantil.**

JURÍDICO

Fórum analisa ameaças à aposentadoria de docentes

Por Letícia Coelho
Assessoria Jurídica
da Apub Sindicato

No dia 18 de fevereiro último, aconteceu o Fórum Jurídico do Proifes Federação no escritório de Tayano Afonso Sociedade de Advogados em São Paulo (SP). Os principais assuntos discutidos foram as Orientações Normativas nº 15, 16 e 17. O Encontro contou com a presença dos advogados de vários sindicatos do país filiados ao Proifes, além do presidente e do tesoureiro da Federação de sindicatos, Eduardo Rolim e Gil Vicente.

A Orientação Normativa nº 15 de 23/12/2013 versa sobre os procedimentos a serem adotados para comprovação e conversão em tempo comum do tempo de serviço público especial prestado por servidores submetidos ao regime da CLT em período anterior à vigência do Regime Jurídico Único (dezembro 1990). Por sua vez, a Orientação Normativa nº 16 de 23/12/2013 versa sobre os procedimentos necessários à análise dos processos de aposentadoria especial com fundamento no art. 57, da Lei 8.213/91, dos servidores públicos federais amparados por decisão judicial em mandado de injunção julgado pelo STF.



Na verdade, cabe esclarecer que a Constituição Federal, em seu art. 40, § 4º, inciso III, garantiu aos servidores públicos que exercem atividades sob condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física, a aposentadoria com critérios diferenciados. Para tanto, determinou que lei complementar regulasse a matéria. Assim, a concessão constitucional de aposentadoria especial aos servidores públicos que trabalham sob condições insalubres depende de atuação normativa ulterior para garantir sua aplicabilidade.

Ocorre que, até a presente data, não houve qualquer iniciativa legislativa na elaboração desta lei complementar específica que condiciona o gozo da aposentadoria especial pelos servidores que exercem suas atividades funcionais em condições insalubres, sendo de iniciativa privativa do Presidente

da República lei complementar que verse sobre a aposentadoria dos servidores públicos da União, conforme determina o art. 61, §1º, II, c, da CF/88.

Cabe ressaltar que a nossa principal preocupação é com a forma de cálculo dos proventos para os beneficiários da aposentadoria especial. Nossa luta é para que os professores que ingressaram antes de 2004, tenham direito à aposentadoria integral e não a média aritmética simples das maiores remunerações, quando solicitarem a aposentadoria especial. Isto é mais importante do que a conversão do tempo comum.

O maior prejuízo da ON 15/2013 é a criação de requisitos imensamente burocráticos para comprovação e conversão em tempo comum do tempo de serviço público especial para períodos anteriores ao Regime Jurídico Único. O maior problema da ON 16/2013 é a vedação da

conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em tempo comum para obtenção de aposentadoria e abono de permanência para períodos posteriores ao Regime Jurídico Único.

Na ocasião, foi discutida também a questão do adicional de insalubridade e periculosidade, devido ao fato de que diversos professores não recebem o valor correspondente ou recebem porcentagem menor do que a devida. Diante disto, o Proifes está comprometido em reverter a situação e garantir os direitos dos docentes.

A Orientação Normativa nº 17 de 23/12/2013, por sua vez, estabelece orientações sobre o direito de opção acerca do regime de previdência complementar instituído pela Lei 12.618/12. O ponto mais nocivo da citada ON é o fato dela estabelecer que os professores que ingressaram no serviço público federal, a partir de 04/02/2013,

mesmo oriundos de outros entes da federação (Estados, Distrito Federal e Municípios), estarão sujeitos ao regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618/2012.

O empenho é forçar o Judiciário a reconhecer que aqueles que ingressaram no serviço público federal após fevereiro/2013, mas antes possuíam vínculo com outro ente da Federação, terão direito às regras anteriores de aposentadoria, desde que não tenha havido interrupção de vínculo.

Serviço jurídico – Para maiores esclarecimentos ou caso esteja inserido em uma das situações apontadas acima, o docente deve procurar a Assessoria Jurídica que presta serviço para a Apub Sindicato. O atendimento é às quartas e quintas-feiras, das 12h às 17h, na sede da entidade. O atendimento é feito por ordem de chegada, no entanto, é necessário o prévio agendamento.

CUT

Apub participa de Plenária Estadual

No ano em que completa 25 anos da oficialização da filiação à CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Apub Sindicato marcará presença na 14ª Plenária Estatutária Nacional da entidade, que ocorre entre os dias 28 de julho e 1º de agosto, em Guarulhos,

na Grande São Paulo. O evento é parte dos planos de ações da Central para 2014/2015. Para a escolha dos representantes à Plenária Estadual, a Apub convocará assembleia ainda este mês. Os delegados da Apub buscarão incluir ou reforçar na pauta da

CUT (Central Única dos Trabalhadores) itens que atingem diretamente os servidores públicos federais e, especialmente, a categoria docente: 10% do PIB para a Educação, fim da contribuição previdenciária dos inativos, fim do fator previdenciário,

valorização dos aposentados, elevação do teto da Previdência, mecanismos que garantam a aposentadoria integral.

Na programação do evento nacional, discussão das conjunturas nacional e internacional, com ênfase na participação

popular, relações de trabalho e movimento sindical, bem como a organização do 12º ConCUT (Congresso Nacional da CUT). Os delegados vão ainda fazer um balanço de mandato, eleger a nova diretoria, rever o Estatuto da entidade.

UFBA

Professores do IMS/Vitória da Conquista têm audiência com Reitoria da UFBA

A APUB Sindicato através da sua Presidente Cláudia Miranda Souza e do Representante de Área do Campus Anísio Teixeira (Vitória da Conquista) Vinícius Cunha Gonzalez reuniram-se com a Reitora da UFBA Dora Leal Rosa. Também estavam presentes na reunião o Pró-Reitor de Ensino de Graduação Professor Ricardo Carneiro de Miranda Filho e o diretor do Instituto Multidisciplinar em Saúde Professor Orlando Sílvio Caires Neves. A pauta em debate foi a necessidade de contratação de mais docentes para os cursos da área da saúde do IMS, os quais durante a sua implantação, não levaram em conta as especificidades inerentes a legislação dos estágios supervisionados nas diversas áreas da saúde. A demanda surge devido à probabilidade do

curso de Enfermagem do IMS sofrer paralisações ou até mesmo cancelamento na oferta de componentes curriculares devido ao erro de planejamento no momento da criação do curso.

Na reunião, a reitoria reconhece este erro e informa que existe um déficit de 30 professores no IMS. Cálculos feitos pelo próprio Instituto relatam a necessidade de aproximadamente 70 docentes. A Reitora informou que é possível utilizar o banco de equivalências do IMS para a contratação de docentes de 20 horas, os quais poderiam suprir de forma parcial as necessidades dos cursos em maiores dificuldades. Estas vagas poderiam ser pleiteadas junto ao MEC, mas apenas dentro do banco de equivalência.

Também foi informado que a proposta do MEC é de libe-



rar vagas para docentes apenas para as novas universidades ou para aqueles locais que ainda não tiveram suprida a demanda pactuada quando da expansão

universitária através do REUNI.

Outro ponto discutido foi a criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, no qual a reitora informou que o

MEC não pretende criar nenhuma outra universidade no estado da Bahia para o ano de 2014, visto já terem sido criadas duas novas universidades.

Apub recebe demandas dos professores da Escola de Veterinária

A Apub ocupou espaço na programação da reunião da congregação da Escola de Veterinária esta semana. Segundo o diretor da entidade sindical, professor Joviniano Neto, eram três os objetivos: discutir a eleição de um representante da unidade, informar sobre as atividades da Apub e ouvir as demandas dos docentes.

Durante a conversa os professores entenderam a importância de eleger a representação, a fim de ampliar o canal entre os docentes, ressaltando as demandas, e a Apub. Entre as questões mais importantes indicadas pelo departamento, o pagamento do adicional de

insalubridade. Segundo os professores, ao assumirem cargos de chefia, automaticamente, o benefício é retirado. No entanto, eles não se afastam das atividades. Isso penaliza o professor e dificulta o compromisso com essa tarefa. Do mesmo modo acontece quando saem para fazer mestrado ou doutorado, enfrentando grande problema para a reposição do benefício no contracheque.

Os professores questionaram a posição da Apub diante da possibilidade de greve. Joviniano lembrou que a opinião da diretoria é que uma greve deve ocorrer da mobilização e do consenso da maioria dos

professores, após amplo debate com a base.

Outra demanda apresentada foi a realização de concursos para a universidade e para a própria escola. Segundo os docentes, existiriam cerca de 200 cargos a serem preenchidos, mas a informação é de que seriam abertas apenas 50 vagas, o que é insuficiente para atender a necessidade da UFBA, inclusive de Veterinária.

A conversa marcou a retomada das reuniões da diretoria nos departamentos da universidade este ano. Outros encontros estão sendo agendados e devem continuar no próximo mês.

Deflagrado processo para eleição de Reitor e vice-Reitor da UFBA

A comissão eleitoral, designada pelas entidades organizadoras da consulta (Apub, Assufba e DCE) para escolha do Reitor e vice-Reitor da UFBA, do quadriênio 2014-2018, foi instalada no dia 24 de março. Representam a Apub Sindicato a professora Cláudia Miranda, Joviniano Neto (titulares) e Leopoldina Cachoeira (suplente).

Foi aprovado o seguinte calendário

- Inscrição de chapas: 9 a 11/04/2014
- Homologação das inscrições: 14/04/2014
- Campanha: 15/04 a 19/05/2014
- Consulta: 20 e 21/05/2014
- Divulgação dos resultados: 22/05/2014
- Apresentação e julgamento de recurso: 23/05/2014
- Encaminhamento dos resultados ao Consuni: 27/05/2014

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Encontro das Organizações Sindicais de Educação Superior da América Latina

Em abril, membros das entidades representativas da educação superior na América e Caribe se reúnem em Porto Alegre (RS), para discutir, entre outras temáticas, sobre a promoção da pesquisa nas universidades públicas e o desenvolvimento da Educação. A abertura será na noite do dia 23, após dois dias de discussões fechadas entre as entidades que compõem a IEAL.

Os encontros acontecem anualmente, desde 2007, com o objetivo de consolidar e articular o movimento docente, diante dos modelos neoliberais de educação dominaram o mercado e enfraquecem as instituições públicas de universidades no continente, impondo carreiras ou especialidades.

Os debates, que acontecem nos dias 24 e 25 de abril, serão transmitidos em tempo real pela internet, para que todos das bases dos sindicatos filiados possam se inteirar sobre as discussões travadas na América Latina. Para o Proifes, este deve

ser um momento de mobilização dos docentes da Federação, pois é hora de os sindicatos exporem de maneira forte suas posições sobre os temas propostos.

Pela programação, serão realizadas quatro mesas redondas: carreira docente; o papel das universidades na formação de professores; financiamento e regulação da Educação Superior; Reconhecimento dos diplomas universitários nos países da América Latina. Na palestra de abertura, o professor Carlos Alexandre Netto, Reitor da UFRGS, aborda o tema Integração das Universidades da América Latina – A experiência do Grupo Montevéu.

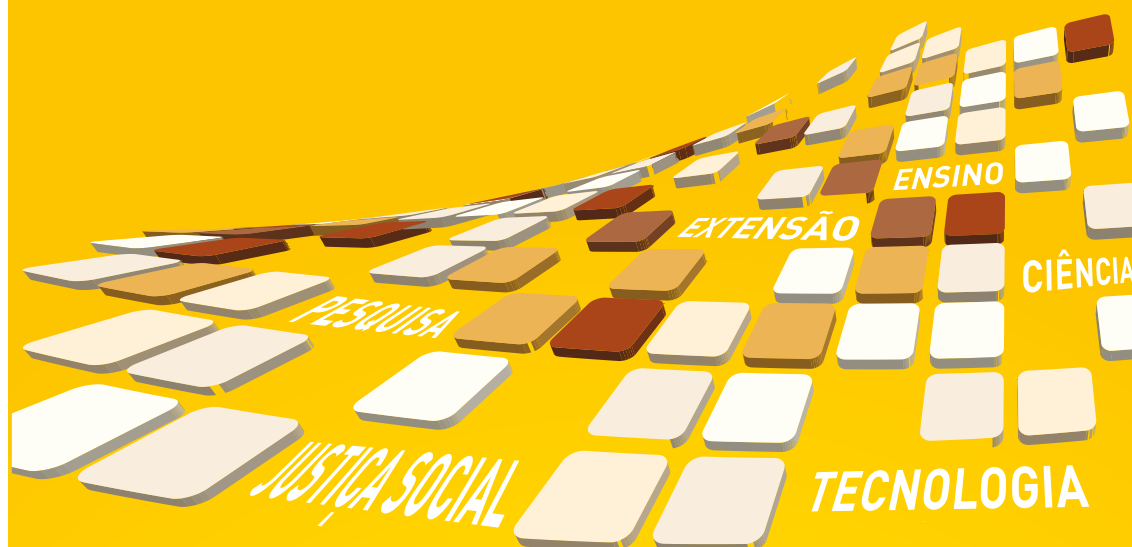
A Apub abriu inscrições para participação da base pelo Sindicato, recebendo pedidos de inscrição e de artigos científicos para o evento. Os professores Vinícius Gonzalez, Sílvia Leite, João Augusto Rocha e Sílvia Lúcia Ferreira se candidataram e terão as despesas custeadas pela entidade.



SEMINÁRIO

produtividade acadêmica

28 e 29 de abril de 2014



Auditório do Pavilhão Glauber Rocha (antigo PAF III)

Coordenação: Maurício Barreto

Comitê Científico:

Antonio Virgílio Bastos, Estela Aquino, Marcos Palácios, Milton Porsani, Olival Freire, Paulo Costa Lima e Suani Pinho

Conferência de Abertura:

O que significa a Produção / Produtividade Acadêmica no contexto das Universidades?
Moisés Lemos Martins (Universidade do Minho – Portugal)

Temas:

- Mesa 1: "Modos de Produção e Circulação do Conhecimento"
- Mesa 2: "Gênero e Produção Acadêmica"
- Mesa 3: "Produção Acadêmica e Gestão"
- Mesa 4: "Produção Acadêmica e Avaliação"
- Mesa 5: "Produção Acadêmica e a UFBA: visão dos Reitoráveis"

Realização

